

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE -CFFC

REQUERIMENTO Nº DE 2017 (Do Sr. Izalci Lucas)

Requer a realização de audiência pública destinada ao debate sobre a questão que envolve os proprietários da JBS, por suspeita de operar no mercado financeiro para lucrar com os efeitos da deleção premiada, objeto de desdobramento da Operação Lava Jato- com a obtenção de informação privilegiada de que o escândalo viria à tona pela mídia- com impactos na cotação do dólar e na bolsa de valores.

Senhor Presidente,

Requer a V. Ex.^a, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, que, ouvido o Plenário, se digne a adotar as providências necessárias à realização de Reunião de Audiência Pública para debate sobre a questão que envolve os proprietários da JBS, por suspeita de operar no mercado financeiro para lucrar com os efeitos da deleção premiada, objeto de desdobramento da Operação Lava Jato- com a obtenção de informação privilegiada de que o escândalo viria à tona pela mídia- com impactos na cotação do dólar e na bolsa de valores.

A Audiência Pública é importante para esclarecer os fatos que foram noticiados pela imprensa em 17/05/2017, acerca das movimentações atípicas no mercado financeiro na referida data, e, por conseguinte, da fiscalização e do rastreamento dos valores destacamos e informados na mídia.

Para tanto, sugerimos que sejam convidados os seguintes representantes para o debate:

ILAN GOLDFAJN- Presidente do Banco Central;

AUGUSTO SCHERMAN- Ministro do Tribunal de Contas da União;

LEONARDO PORCIÚNCULA GOMES PEREIRA-Presidente da Comissão de Valores Mobiliários;

WESLEY BATISTA e JOESLEY BATISTA- proprietários do Grupo JBS;

EDEMIR PINTO- Diretor Presidente da BM&FBOVESPA;

JORGE ANTÔNIO DEHER RACHID- Secretário da Receita Federal do Brasil;

ANTÔNIO GUSTAVO RODRIGUES- Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras -COAF.

JUSTIFICAÇÃO

O requerimento de audiência pública se faz necessário, levando-se em conta que desde o dia 17 de maio último, quando se tornou pública a existência de gravação da conversa com Joesley Batista da JBS e o Presidente Temer, em que a empresa teria operado no mercado financeiro para lucrar com o escândalo, por ser o frigorífico suspeito de operar no mercado financeiro para lucrar com os efeitos da deleção premiada, objeto de desdobramento da Operação Lava Jato- com a obtenção de informação privilegiada de que o escândalo viria à tona pela mídia- com impactos na cotação do dólar e na bolsa de valores.

Segundo matérias veiculadas pela mídia, a Comissão de Valores Imobiliários, abriu processo para investigar a JBS, por ser o frigorífico suspeito de operar no mercado financeiro para lucrar com os efeitos da deleção premiada feita por seus próprios donos, cuja informação do escândalo teria favorecido a empresa na aquisição de grande quantidade de moeda estrangeira e seus controladores teriam vendido ações da JBS, como destacado pela Coluna do Broad, do Estadão: “ *informa que o ganho da JBS com a compra de dólares na última quarta-feira (17) é mais que suficiente para a companhia quitar a multa fechada no âmbito do acordo de leniência. Se a cifra foi de US\$ 750 milhões - e há quem diga que chegou a US\$ 1 bilhão somente ontem - , o resultado foi de US\$ 170 milhões, considerando a alta da*

moeda americana nesta quinta-feira (18). A cotação da moeda disparou 8,15%, na maior alta diária em 18 meses.

Ao mesmo tempo, o portal Brazil Journal revelou ainda que, em abril, um mês após as gravações que comprometem Temer e mais políticos terem sido feitas, os irmãos Joesley e Wesley Batista, donos da JBS, teriam vendido quase 32 milhões de ações de sua companhia em um negócio de R\$ 328 milhões. A ação da JBS declina pelo sétimo pregão consecutivo e já acumula queda em torno de 25% neste ano.

Na sexta-feira, 19 de maio, publicou-se que "a JBS admitiu que comprou dólar nos últimos dias, mas disse que movimentações "seguem alinhadas à sua política de gestão de riscos e proteção financeira". Em comunicado, a JBS afirmou que "gerencia de forma minuciosa e diária a sua exposição cambial e de commodities". A empresa explicou que utilizar instrumentos financeiros para "minimizar os seus riscos cambiais e de commodities provenientes de sua dívida, recebíveis em dólar e de suas operações".

Frisando que os diversos órgãos listados para compor a audiência pública em questão exercem, dentre outros objetivos, poder fiscalizatório e normativo no que tange o caso em tela, como ocorre com a Comissão de Valores Mobiliários, que fiscaliza, normatiza, disciplina e desenvolve o mercado de valores mobiliários no Brasil, esperamos contar com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, de maio de 2017.

Deputado IZALCI LUCAS
PSDB/DF